

cujos pregos têm se mostrado crescentes, pagando por uma fatia de 50 g de presunto o que o produtor recebe por 1 kg de suíno. Cabe perguntar. Com quem realmente fica o bolo, se o produtor trabalha de graça e com prejuízos e o consumidor paga caro?

Não basta acharmos que o aumento do preço do suíno pelo governo vá resolver tudo, pois a ciranda todos já conhecem, aumenta-se o preço ao produtor no mesmo instante estouram os preços da ração, dos medicamentos, dos equipamentos, etc. Qual é a saída?

Só uma. Sentar à mesa, produtor, indústria, atacadista e Governo; levantar o custo de cada e um dividir o lucro proporcionalmente, isto é, cada qual com sua fatia. Ou será que somente o produtor deve pagar a conta?

Parece que a democracia não chegou ao setor suínico. Af está incrustado o exemplo da pior ditadura econômica manipulada pela agroindústria e atravessadores. Quem tem medo de mostrar honestamente seus custos de produção?

O SR. JOAQUIM FRANCISCO (PFL — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a fidelidade de um partido não se deve configurar, apenas, na defesa, intransigente mesmo, dos seus postulados programáticos, mas no respeito às posições que anunciou, definindo-se, principalmente, se está ou não com o Governo.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro, no entanto continua naquela atitude que a UDN atribuía ao PSD, de “comer nos dois carrinhos”, ou na posição em que o PSD dizia sigularizar-se a UDN, isto é “oposição a qualquer preço, mesmo a si própria”.

Houve, porém, na história daqueles dois grandes partidos, um momento em que se entenderam, no Governo Dutra, que pôde governar mansa e pacificamente, enquanto o udenista Otávio Mangabeira, com o apoio do Governo Federal, pessedista, “tirava de letra” a condução dos negócios políticos do seu Estado.

Quem viu o PMDB, desde quando lhe faltava um “p” na sigla, nos últimos vinte anos, dificilmente foi encontrá-lo pretendendo submeter-se às dificuldades do situacionismo.

Para eles, o ideal é “ser casado e levar a vida de solteiro”, ou seja, ficar na bancada de música da Oposição, enquanto alguns dos seus partidários estão fingindo governar.

Por isso as dificuldades dos últimos três anos, ou melhor, a partir do último pleito.

Antes, com o Plano Cruzado inflando a popularidade do Presidente Sarney, o PMDB era o seu correligionário mais fiel. Agradado o povo, contentes a mini e a pequena indústria, satisfeita a lavoura com os empréstimos sem correção monetária — mesmo porque não havia o que corrigir, com os salários e preços congelados — os peemedebistas, cuidando da eleição, lançavam no seu ativo todo o êxito presidencial. Convocada a Constituinte, o PMDB beneficiando-se do Primeiro Plano Cruzado, tinha uma atitude de intransigente solidariedade ao Presidente da República. O que se viu, no entanto, iniciados os trabalhos da Constituinte, foi o partido atrelado a dois vagões: o do socialismo reformista, adepto da reforma agrária e das mais ousadas reivindicações trabalhistas, e do reacionarismo, que alimenta as fileiras da UDR, transforma a bandeira da privatização em desnacionalização, denuncia seus próprios Ministros de Estado e protela os trabalhos da Constituinte, enquanto faz crer, para iludir Ulysses e Brizola, que pretendem eleições presidenciais ainda este ano. Mas ninguém vai acreditar que o partido se comporte como uma rês que vai para o matadouro, como bode expiatório de um Governo que ele próprio impopularizou.

Como diz a sabedoria popular, “por baixo desse ango tem carvão”. O que o PMDB está fazendo é nada menos do que procurar convencer o povo de que é parlamentarista e defende o mandato de quatro anos, em decorrência do resultado das pesquisas populares. Se as eleições ficarem para o ano que vem, é bem possível que o partido assuma um papel mais nitidamente oposicionista no plano federal — apoiando os governos estaduais e municipais que elegeram — para, mais uma vez, posar de oposicionista intransigente, desenterrando a bandeira de Teotônio Vilela, o hoje esquecido “menestrel

das Alagoas”, ou de Tancredo Neves, transformado em “um retrato na parede”.

Mas o povo não vai deixar de perceber, por muito tempo, esse comportamento político bifronte, num palco em que o pessedismo de Ulysses Guimarães comanda a “banda de música” da velha UDN, hoje tão bem representada no Governo de Alagoas e nos quadros políticos dominantes de Minas Gerais.

É difícil enfrentar um adversário desse porte, cujo mimetismo faz inveja a qualquer cameleão. Só que o povo está vendo, acompanhando, e à sua maneira vai dar a resposta. Vamos aguardar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ SOYER (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o programa de emergência apresentado pelo Governador Henrique Santillo, para o País, começou a ser elaborado com a participação de quarenta representantes de governadores, economistas, sociólogos, empresários, trabalhadores e técnicos, alinhando-se as questões norteadoras para um novo encontro a ser marcado entre os governadores e as lideranças políticas nacionais.

A definição da Assembléia Nacional Constituinte sobre o mandato presidencial e o sistema de governo não influirão sobre o encaminhamento do problema, pois trata-se de uma saída emergencial para uma crise conjuntural, que se agrava dia a dia, não podendo mais ter soluções proteladas, com a degeneração crescente das condições de vida do nosso povo.

O Governador Henrique Santillo vem recebendo a adesão da maioria dos demais dirigentes estaduais, bem como de representantes dos vários segmentos da sociedade, asoberbados diante dos desdobramentos imprevisíveis da crise atual. Trata-se de um plano genérico, sem possibilidade de encampação individual por quem quer que seja, equacionando e formulando soluções para a crise da dívida externa, os juros extorsivos, a inflação, o déficit público, a queda de produção industrial, impondo-se a retomada dos investimentos públicos e privados.

Participaram das discussões Décio Munhoz, Felipe Ohana, Wilson Cano, Fernando Rezende, José Márcio Camargo, Maurício Galinkin e Carlos Mussi, respectivamente da UnB, Ipea, Unicamp, Inpes, PUC — Rio Ipea e Cepal. Rodério Silva e Carlos Joaquim Tavares representaram a Federação do Comércio de São Paulo; Sérgio Moreira representou o Governo de Alagoas; Luciano Coutinho, o Ministério da Ciência e Tecnologia; Cristovão Buarque, a reitoria da UnB; Ageu Egídio dos Santos, a Federação dos metalúrgicos de São Paulo; Fernando Glaco, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de São Paulo. Estes, dentre outros foram, participantes no preparo da agenda.

Estamos seguros de que desse esforço resultará um conjunto de sugestões dignas do exame das mais altas autoridades federais, constituindo-se numa colaboração eficaz do nosso Estado, para a solução dos problemas pelo Presidente José Sarney.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. FERES NADER (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, após reiterados pronunciamentos desta tribuna reivindicando o asfaltamento da estrada Volta Redonda-Santa Rita do Jacutinga e sem que nenhuma providência fosse tomada pelas autoridades competentes, sentimo-nos na obrigação de retornar ao assunto, principalmente pela importância da matéria.

Santa Rita do Jacutinga, localizada no Estado de Minas Gerais, tem como esteio econômico a agropecuária e a agricultura exercidas, em sítios e fazendas de pequeno e médio portes. Entretanto, os produtores daquela fértil região têm-se defrontado com sérios problemas para o escoamento de sua produção, resultando, em consequência, prejuízos expressivos ao pequeno agricultor. As estradas são estreitas, com muitos buracos, o que dificulta o trânsito de veículos automotores, notadamente em épocas de grandes precipitações pluviométricas.

A exemplo do que já tivemos oportunidade de afirmar desta tribuna, os Municípios de Volta Redonda e Barra Mansa, posicionados entre os mais importantes da região sul-fluminense, são inegavelmente, grandes

consumidores da produção dos agricultores de Santa Rita do Jacutinga. Ocorre, porém, que as péssimas condições de trânsito apresentadas pela estrada que liga Volta Redonda-Santa Rita têm prejudicado os interesses dos produtores e dos consumidores.

Por isso, Sr. Presidente, gostaríamos de reiterar a nossa reivindicação, solicitando providências ao DNER no sentido de que a estrada Volta Redonda (RJ)-Santa Rita do Jacutinga (MG) seja asfaltada a curto prazo, o que sem dúvida nenhuma, propiciará o incremento do comércio entre os dois municípios.

Permita-nos, finalmente, surgir por toda a urgência para a solução do problema, que, por motivos da maior importância, não pode continuar abandonado na vala do esquecimento.

Muito obrigado.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o ensino está em crise. No mundo todo, é verdade. No Brasil, porém, sentimos a dureza da realidade, agravada pela crescente dificuldade econômico-financeira, mais a tibieza administrativa, a confusão política e as tremendas desigualdades sociais.

Aliás, o descontentamento com a escola foi sempre uma constante entre nós, desde a Independência. E nunca tivemos uma geração que se declarasse satisfeita com o ensino de seu tempo. Um levantamento que já fizemos sobre o ponto de vista dos que pensaram a questão do ensino, década por década, sobre a escola do respectivo tempo, demonstra a insatisfação com o ensino, em todas as épocas. E tem que ser mesmo assim, porque o resultado do trabalho na escola não se vê sempre a olho nu e, na maior parte das vezes, só se manifesta com o tempo. Só pode, assim, ser avaliado a posteriori.

Hoje, no entanto, mais do que insatisfação, descontentamento, o que há é um verdadeiro clamor público contra a qualidade do ensino. E desse clamor faz parte a controvérsia sobre a escola pública e a escola particular.

Na Assembléia Nacional Constituinte partimos do princípio de que a escola particular é legitimamente democrática e uma necessidade conjuntural. Deve ser livre de peias, governar-se por si mesma, desvinculada do Estado. Manter-se à própria custa, correndo o risco a que se expõem os investimentos em geral. Sujeita às leis do mercado. Nem todos, no entanto, pensam assim. E entendem que a escola particular deve ser financiada pelo Estado. Enquanto outros, ao contrário, pretendem que seja, sem qualquer ajuda oficial, submetida a uma verdadeira camisa-de-força, de modo que, sem contar com recursos públicos, submetida a direção da comunidade, esteja, ademais disso, dependente de exame de qualidade por parte do Estado.

O juiz da qualidade do ensino, na escola particular, deve ser o aluno. Ou melhor, os pais, por ele. São os verdadeiros mantenedores e os diretamente interessados. Mesmo porque o Estado não controla sequer a qualidade de suas próprias escolas, frequentemente postas em xeque pela opinião pública em geral.

Enquanto tivermos cerca de 20 milhões de analfabetos no País e, aproximadamente, sem escola, 4 milhões de crianças na faixa etária dos 7 anos aos 14 anos, que, pela Constituição atual, têm direito a ensino gratuito e também obrigatório, as verbas públicas deveriam ser concentradas pelo Estado na manutenção e desenvolvimento da escola pública gratuita, aberta a todos.

A Constituinte, atendendo às escolas mantidas pela Igreja, principalmente as escolas católicas, pressionada por um lobby muito forte, capitaneado pela CNBB, não reservará, na Constituição que estamos votando, as verbas públicas exclusivamente para o ensino público. Permitirá que socorram as escolas chamadas comunitárias, de que se tem escassa notícia, as confessionais e filantrópicas. A bolsa de estudo é uma instituição que será mantida.

Prioritário seria destinar a totalidade dos recursos públicos para a manutenção e desenvolvimento do ensino público, até, pelo menos, acabar com a vergonha nacional, que é a inexistência de escolas oficiais em quantidade para atender às necessidades educacionais básicas dos brasileiros, com uma qualidade abaixo da crítica, devido ao desinteresse oficial que predomina no País em matéria de educação. Nesse terreno, como